

É NECESSÁRIO EXPIAR O RENASCIMENTO? A ABERTURA ANTROPOLÓGICA DO SÉCULO XVI¹

Frank Lestringant

Université de Paris IV – Sorbonne.

Resumo

O artigo apresenta um balanço acurado da bibliografia referente à presença francesa no continente americano no século XVI, tendo em vista, sobretudo, as interpretações clássicas e contemporâneas de Jean de Léry, André Thevet, Rabelais e Montaigne. Partindo da invenção do passado imperial francês nas últimas décadas do século XIX, passando pelas inflexões teóricas propostas pela antropologia do pós-guerra, o autor critica os anacronismos, as ilusões retrospectivas e as arbitrariedades sugeridas por diferentes especialistas na apreensão dos significados atribuídos às obras e seus autores. Após analisar os diferentes contextos intelectuais e políticos, o artigo explora os limites da consciência crítica europeia pós-colonial, propondo uma perspectiva interpretativa que sugere antigos dilemas e seja capaz de captar o jogo complexo de interações e apropriações recíprocas entre as sociedades do velho e do novo mundo.

Palavras-chaves

Consciência europeia • humanismo • Renascimento • história colonial francesa.

Abstract

The article introduces a very thorough analysis regarding the bibliography concerning the French presence in the American continent in the 16th century, in particular, the classic and contemporary interpretations by Jean de Léry, André Thevet, Rabelais and Montaigne. Arising from the invention of the past of the French empire in the last decades of the 19th century, going through the proposed theories by the post-war anthropology, the author analyzes the anachronism, retrospective delusions and arbitrariness implied by many experts in order to perceive the significance attributed to the works previously mentioned and their authors. Following the analysis of various intellectual and political contexts, the article explores the boundaries of the discerning post-colonial European consciousness, thus, proposing an elucidative perspective that points to article dilemmas and enables to acquire a complex scheme of interactions and reciprocal apprehensions between the old and new world societies.

Keywords

European consciousness • humanism • Renaissance • French colonial history.

¹ Traduzido do francês por Joceley Vieira de Souza (mestre e doutorando em História Social-FFLCH/USP). Agradeço aos colegas prof. dr. Carlos Alberto Zeron e profa. dra. Iris Kantor.

“Expiar o Renascimento?” Neste recinto dedicado às ciências humanas,² a questão ecoa como espantosa blasfêmia. A fórmula parece, além do mais, inepta: expiamos um pecado, de juventude eventualmente, mas como expiar um período, sobretudo quando esse período representa uma das mais altas expressões de nossa civilização? Para dizer a verdade, esta fórmula que destaquei da aula inaugural de Claude Lévi-Strauss proferida no Collège de France em janeiro de 1960³ merece ser recolocada em seu contexto. Contexto de uma crise da consciência europeia e da descolonização. Lévi-Strauss recordava, por meio dela, que nosso “belo” século dezesseis foi para outras regiões da terra um período bem triste. A fórmula paradoxal é um alerta útil contra a tentação sempre presente do etnocentrismo. Visto do México, das Caraíbas, ou do Peru, o período correspondente ao nosso século dezesseis não é absolutamente um renascimento, mas antes um apocalipse.

É necessário por isso expiar o Renascimento, esta época de alta civilização, quando o nosso continente enriqueceu-se dos despojos dos três outros, ora pelas armas, ora por um negócio desigual? Essa adolescência brutal e refinada que cometeu, pelo mundo e mais precisamente no Novo Mundo, o maior “genocídio não premeditado” da história da humanidade? Recordando este “genocídio sem premeditação”, para retomar o termo de Jacques Ruffié,⁴ não me proponho evidentemente a convidá-los a um ato público de contrição coletiva, mas a refletir antes sobre este paradoxo que faz do século do humanismo um dos séculos mais desumanos de nossa história. A abertura antropológica do século XVI expõe-se ao risco deste exame.

A antropologia no tempo das colônias

A etapa colonial é, com os trabalhos de Paul Gaffarel especialmente, a redescoberta, ou antes, a invenção de um passado imperial perdido. *Histoire de la Floride française* e *L’Histoire du Brésil français*, respectivamente publicados em 1875 e 1878, tomam assim lugar num contexto europeu de rivalidades nacionais

² Texto inédito da conferência proferida em espanhol na Universidad Nacional de Bogotá, em 12 de outubro de 2007.

³ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Anthropologie structurale deux*. Paris: Plon, 1973, ch. I^{er} Le champ de l’anthropologie, p. 44. [Edição brasileira cotejada: *Antropologia estrutural dois*. Tradução de Maria do Carmo Pandolfo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976, capítulo I O campo da antropologia, p. 39].

⁴ Citado por GRUZINSKI, Serge. *La pensée métisse*. Paris: Fayard, 1999, p. 74.

e de imperialismos concorrentes.⁵ Tratava-se, além disso, no dia seguinte da guerra franco-prussiana, de oferecer uma compensação ao desastre recente e um exutório ao patriotismo humilhado. Esta compensação ia cedo encontrar, na política colonial de Jules Ferry, sua materialização histórica. Sem aguardar, a busca nos arquivos fazia ressurgir do esquecimento o arquipélago submerso do primeiro império colonial e seus intermináveis preâmbulos, no plano simbólico, as “vãs tentativas” do século XVI. O momento não podia ser melhor escolhido para recordar que o Brasil francês e a Flórida francesa tinham sido outra coisa além de quimeras. Certamente, havia passado o tempo de pensar e reivindicar os direitos de posseção sobre estas paragens distantes, ocupadas desde então por potências rivais. Restava ao menos fazer valer os direitos à memória e ao sentimento.

O entre-guerras, após o abalo do primeiro conflito mundial, foi marcado pela inflexão desta boa consciência e, de maneira concomitante, pelo surgimento da etnologia. Desta época datam as duas obras fundadoras de Alfred Métraux, *La civilisation matérielle des tribus Tupi-Guarani*, que é sua tese principal, e *La religion des Tupinamba*.⁶ A tentativa de restituição de um mundo perdido prolongou-se então, no decorrer da década seguinte, com a edição e o estudo, pelo mesmo Alfred Métraux, de testemunhos negligenciados, notadamente dos manuscritos inéditos de André Thevet, dentre os quais a *Histoire de deux voyages dans les Indes Australes et Occidentales*.

Atkinson e a literatura geográfica

Quanto ao trabalho de história literária de Geoffroy Atkinson, *Les nouveaux horizons de la Renaissance française*, publicado por Eugénie Droz em 1935, pode-se julgá-lo hoje muito estreitamente positivista e de um uso pouco prático, na medida em que as numerosas citações que ele comporta foram reescritas não somente na sua ortografia, mas também em sua sintaxe e no seu léxico. De resto, o projeto mesmo do livro indica seus limites: trata-se de trazer a “novidade” geográfica às suas justas dimensões, ou seja, a um lugar muito secundário no

⁵ GAFFAREL, Paul. *Histoire de la Floride française*. Paris: Firmin Didot, 1875; *Histoire du Brésil français au seizième siècle*. Paris: Maisonneuve, 1878.

⁶ MÉTRAUX, Alfred. *La civilisation matérielle des tribus Tupi-Guarani*. Paris: Paul Geuthner, 1928; *La religion des Tupinamba et ses rapports avec celle des autres tribus Tupi-Guarani*. Paris: Ernest Leroux, 1928.

campo da curiosidade humanista. No século XVI, recorda-nos Atkinson, os franceses são atraídos mais pelo Oriente legendário das fábulas e das cruzadas que pelas Índias ocidentais, sobre as quais correm rumores confusos e, por muito tempo, nada aprazíveis. Gilbert Chinard, desde 1911, tinha explorado a literatura exótica concernente ao Novo Mundo, multiplicando venturosos escrutínios e seus achados.⁷ Foi ele, por exemplo, que fez recuar, às origens do ensaio “Des cannibales”, a *Histoire nouvelle du Nouveau Monde* de Girolamo Benzoni, traduzida, em 1579, por Urbain Chauveton, pastor de Genebra. Mais metódico, porém menos inspirado, Atkinson alarga a pesquisa ao círculo inteiro dos “novos horizontes” e esforça-se por definir o lugar ocupado pela América na constituição do imaginário exótico europeu. Frase sintomática de Atkinson a esse respeito:

Primeiro, o que teria sido um exercício de imaginação para muitos autores antigos, e mesmo para o humanista Thomas Morus, foi uma *constatação de fato* nas obras geográficas.⁸

De fato, Atkinson disse verdade e mentira ao mesmo tempo. Verdade, no tocante à descrição dos povos nus, sem fê, sem lei, sem rei, em meio a esquemas pré-estabelecidos, tais como o mito da idade do ouro, o paraíso terrestre, país de Cocanha, a terra de Jauja, sem esquecer das projeções utópicas decorrentes da *République* de Platão. Havia incontestavelmente uma expectativa concernente aos mundos desconhecidos, e essa expectativa pré-concebeu seu objeto.

Falso na medida em que ele toma como documentos brutos as obras-monumentos, sem levar em conta sua função ideológica, nem seu estatuto literário. O que é, com efeito, a “literatura geográfica” tão cara a Atkinson senão uma categoria farsesca e abundante de materiais os mais heterogêneos? Encontram-se aí, ao mesmo tempo, jornais e relações de viagens, cartas, capítulos de enciclopédia, a saber, as cosmografias e miscelâneas, obras que relevam ora a literatura moral ora a literatura técnica: ao lado de declamações como o capítulo “Des cannibales” de Montaigne ou *La pazzia*, obra anônima

⁷ CHINARD, Gilbert. *L'exotisme américain dans la littérature française au XVIe siècle*. Paris: Hachette, 1911.

⁸ ATKINSON, Geoffroy. *Les nouveaux horizons de la Renaissance française*. Paris: Droz, 1935, p. 138 [citação: tradução livre].

atribuída a Ascanio Pérsio, discípulo de Berni, ou a Vianezio Albergati⁹ que provavelmente serviu-lhe de modelo, os guias de caminhos e os roteiros, guias náuticos e outros manuais de pilotagem.

A presença daquilo que chamamos, para simplificar, o mito do bom selvagem não reveste evidentemente o mesmo sentido que se encontra num elogio paradoxal como *La pazzia*, ela mesma imitada do *L'éloge de la folie* de Erasmo, ou na *Histoire d'un voyage faict en la terre du Bresil* de Jean de Léry. A idade de ouro não suscita as mesmas ressonâncias num poema elegíaco como *Complainte contre fortune* de Ronsard e em uma cosmografia itinerante como *Les singularitez de la France Antarctique* de André Thevet (1557). A ficção dos animais que falam, em especial aquela da ostra que raciocina com lógica e que conversa longamente com Ulisses, em *La circé* de Giovanni Battista Gelli,¹⁰ adquire uma importância bem diferente a partir do momento em que ela é incorporada ao testemunho viático de Jean de Léry, cujo nome em Tupi significa ostra.¹¹ Estes são alguns exemplos rapidamente pinçados que mostram que seria necessário ao menos perguntar-se sobre a intersecção entre literatura moral e literatura geográfica no Renascimento – e ainda depois, evidentemente, ao menos até o século das Luzes. O tema da *dignitas hominitis*, particularmente propenso à migração e à transplantação, constituiria um bom testemunho dessas fronteiras incertas traçadas em torno do conceito impreciso de “literatura geográfica”. Visto que a questão antropológica encontra-se tanto nas viagens como nos lugares comuns da filosofia moral, isso nos convida a mostrarmos ao menos prudentes quanto às conclusões que podemos tirar do progresso ou do atraso das consciências em matéria de observação e julgamento de outras sociedades.

Por ter negligenciado estas considerações textuais, genéricas e mesmo estilísticas, Atkinson encerra sua reflexão no maniqueísmo que opõe o antes e o depois, o obscurantismo do passado e as luzes do futuro. A literatura geográfica, considerada em bloco e fora de qualquer correlação com a literatura não geo-

⁹ Ver DANDREY, Patrick. *L'éloge paradoxal de Gorgias à Molière*. Paris: PUF, 1997, p. 102.

¹⁰ GELLI, Giovanni Battista. *La circé de m. Giovan Baptista Gello, academic florentin: nouvellement mis en françoys par le seigneur Du Parc, Champenois* [i.e. Denis Sauvage]. Lyon: G. Rouillé, 1550.

¹¹ LÉRY, Jean de. *Histoire d'un voyage faict en la terre du Bresil* (Genève, 1578). Edição crítica de Frank Lestringant. Paris: LGF, Bibliothèque classique, 1994, ch. XVIII, p. 451. Para uma aproximação com *La circé* de Gelli, ver LESTRINGANT, Frank. *L'oisiveté du sauvage*. In: DAVIES, M.-Th. Jones (ed.). *L'oisiveté à la Renaissance*. Paris: Klincksieck, 2001.

gráfica, divide-se, a partir de então, entre inovadores e atrasados. Compreender-se-á que nunca perdoei Atkinson por ter colocado entre esses últimos nosso cosmógrafo nacional André Thevet.¹² Donde sobressai que o único fruto do trabalho de Atkinson hoje seja mais ou menos o seu repertório bibliográfico, ainda que ele também seja insuficiente devido aos seus limites arbitrários.¹³ Esse repertório restringe-se, com efeito, aos livros impressos publicados em francês no decorrer do século XVI, excluindo o latim e o italiano que os doutos ou apenas semidoutos praticavam então sem dificuldade, negligenciando, por outro lado, a circulação manuscrita, considerável neste universo.

Dainville e a missiologia

Um trabalho de um alcance bem maior amadureceu pouco depois num contexto ideológico bem diferente: *La géographie des humanistes* do padre Françoise de Dainville, da Companhia de Jesus, publicado em 1940, apenas cinco anos após *Les nouveaux horizons* de Atkinson.¹⁴ Para aplicar os critérios levianos deste último, eu diria que este livro foi profundamente inovador no seu tempo, e é o laico Atkinson que faz figura, comparativamente, de atrasado. Sem dúvida o padre Dainville nem sempre resiste à tentação hagiográfica. O emprego do termo “humanistas” no título da mesma obra poderá ser considerado como levemente abusivo, dado que esse humanismo, neste caso um humanismo cristão, é aquele que se professava nos colégios jesuítas, aos quais o livro essencialmente se consagra. Esta *géographie des humanistes*, que é primeiro e antes de mais nada uma *géographie des professeurs de la Société de Jesus*, apresenta contudo inúmeros méritos. Ainda que o processo de Galileu tenha sido exposto em termos hoje inadmissíveis, e mesmo que Dainville louve a prudência intelectual que dele resultou durante décadas,¹⁵ resta que não se poderia acusar seu ensaio de uma compartimentação estreita e de uma perspectiva teleológica imediatista que são os traços dominantes da pesquisa de Atkinson. Historiador dos saberes e pioneiro em matéria de história da pedagogia, conforme atestam os

¹² ATKINSON, Geoffroy, op. cit., p. 289-297: Un attardé: André Thevet.

¹³ ATKINSON, Geoffroy. *La littérature géographique française de la Renaissance: répertoire bibliographique*. Paris: A. Picard, 1927.

¹⁴ DAINVILLE, François de (S. J.). *La géographie des humanistes*. Paris: Beauchesne, 1940, e Genève: Slatkine Reprints, 1969.

¹⁵ Ver minhas anotações em *L'atelier du cosmographe ou l'image du monde à la Renaissance*. Paris: Albin Michel, 1991, p. 42.

estudos reunidos em *L'éducation des jésuits*, volume de publicação póstuma,¹⁶ Dainville recoloca a geografia, considerada desta vez sem a acepção de língua, no conjunto das disciplinas humanistas, onde ela ocupa um lugar modesto sem dúvida, mas apesar disso necessário e cada vez mais confirmado. Por muito tempo, com efeito, a geografia foi uma ciência adjuvante e a disciplina auxiliar da história, à qual ela servia essencialmente como arte da memória. Pensa-se, por exemplo, na carta de Gargantua a seu filho Pantagrue estudante em Paris, e nessa recomendação significativa: “Que não haja história que não tenhas em tua memória presente, o que te ajudará a cosmografia daqueles que escreveram”.¹⁷ Solidária da história, e fornecendo-lhe uma base e um pedestal, a geografia, como a história, persegue um fim moral. Este é um dos méritos do padre Dainville, o de ter recordado esse vínculo e essa finalidade.

Sobretudo o padre Dainville, através do estudo da missiologia, objeto que contribuiu para esclarecer, desenha o quadro antropológico dentro do qual se move o pensamento dos europeus do século XVI, um quadro que o padre José de Acosta havia fixado por muito tempo em seu tratado de 1588 *De promulgatione Evangelii apud Barbaros sive de procuranda Indorum salute*, com a famosa tripartição que distinguiu, entre os povos a serem evangelizados, os civilizados, como os japoneses ou os chineses, os simples bárbaros como os astecas ou os maias, e os selvagens nômades que vagavam na sua floresta natal, como quer a etimologia da palavra. A cada um destes graus de cultura corresponde um método de evangelização apropriado: a doçura e a persuasão para os primeiros, uma violência inicial seguida de uma pedagogia autoritária e atenta para os segundos; o constrangimento físico e moral para os últimos, aos quais se aplica com todo o seu rigor o preceito evangélico *Compelle eos intrare*, “Obriga-os a entrar”.¹⁸ Esta tripartição não coloca absolutamente em causa o dogma da unidade do gênero humano. Ela simplesmente estabelece uma genealogia dos povos e uma cronologia muito vasta da sua dispersão através das terras habitadas. Os povos mais bárbaros são os mais recentes, como mostra o exemplo da América, o

¹⁶ DAINVILLE, François de S. J. *L'éducation des jésuites (XVI^e-XVIII^e siècles)*. Paris: Éditions de Minuit, 1978.

¹⁷ RABELAIS, François. (ed. Mireille Huchon). Pantagrue, ch. VIII. In: *Œuvres complètes*. Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1994, p. 244 [tradução brasileira cotejada: RABELAIS, François. *Gargântua e Pantagrue*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Villa Rica editoras reunidas limitada, 1991, p. 305].

¹⁸ DAINVILLE, François de. *La géographie*, op. cit., p. 150-152 [citação: tradução livre].

mais “jovem” dos quatro continentes conhecidos. Falou-se a esse respeito, de “revolução acostiana”.¹⁹ Seja como for, o historiador e missiologista espanhol fixou uma espécie de tipologia universal onde cabia, bem ou mal, todo o largo espectro das diversidades humanas.

Esse quadro antropológico, que excede naturalmente o uso eficaz e certamente interessado que dele fizeram os missionários da Companhia, obedece a fins bem precisos. Ele orienta a humanidade inteira no sentido da conversão ao cristianismo. Ele submete a diversidade a uma unidade de princípio e fim. Ao menos esses princípios e essa teleologia, que o padre Dainville certamente está longe de colocar em dúvida, ou mesmo questionar, são aqueles da época, e não há nenhum anacronismo na análise.

Unificadora e conquistadora, essa antropologia cristã que subordina os meios descritivos aos fins evangelizadores não é a única que o outono do Renascimento viu florescer. Pode-se opô-la àquela que Montaigne esboça no mesmo momento, por exemplo, no capítulo “De la coustume et de ne changer aisément une loy receüe”,²⁰ que parece prevenir e desencorajar, por antecipação, a empresa missionária, ou ao menos modera fortemente as motivações e o provável sucesso. Essa antropologia, fundada na promoção do individual como o único critério e única norma, mistura deliberadamente os diferentes estágios culturais que Acosta distinguia cuidadosamente. Dessa maneira, no capítulo “Des coches”, Montaigne tende a confundir e a colocar no mesmo plano os povos nus do Brasil – “canibais a que já me referi” – e as civilizações refinadas do México e do Peru.²¹ A imagem do mundo criança “nu ainda” e não vivendo “do leite de sua ama” ilustra muito bem, na sua condensação, essa maneira de fundir e resolver as diferenças étnicas e históricas no sonho de uma idade de ouro perdida na nostalgia acusadora de uma infância assassinada.²² Não é por

¹⁹ GLIOZZI, Giuliano. *Adamo e il nuovo mondo*. Florence: La Nuova Italia, 1977, p. 371 e seguintes, principalmente p. 378-381 [citação: tradução livre].

²⁰ MONTAIGNE. *Essais*, I, 23. Paris: Éd. Villey, PUF, 1965, p. 108-123.

²¹ MONTAIGNE. *Essais*, III, 6, p. 898-915 [Edição brasileira cotejada: *Seleção dos Ensaios de Montaigne* – 3º tomo. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1961, p. 780].

²² Idem, p. 908 [Edição brasileira cotejada: MONTAIGNE, Michel Eyquem de, 1533-1592. *Essays*. Tradução de Sérgio Milliet. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Hucitec, 1987, p. 233]. Para uma leitura desse capítulo, ver LESTRINGANT, Frank. *Le huguenot et le sauvage. L'Amérique et la controverse coloniale en France au temps des guerres de religion*. 2ª ed. Paris: Klincksieck, 1999, p. 249-257. Do mesmo autor: *L'Amérique des “coches”, fille du Brésil des “cannibales”*: Montaigne à la rencontre de deux traditions historiques. In: *Actes du colloque Montaigne et l'Histoire*, reunidas por Claude-Gilbert Dubois. Paris: Klincksieck, 1991, p. 143-160.

acaso que meio século depois é Montaigne que encontra maior eco, tanto junto aos historiadores como aos antropólogos.

Charles-André Julien ou a colonização no tribunal da história

Imediatamente após a Segunda Guerra mundial, Charles-André Julien lançava e dirigia, na Presses Universitaires de France, uma coleção – nomeada de maneira infeliz *Classiques de la colonisation* – que apresentava um programa extremamente ambicioso de ensaios históricos e edições de textos. Este programa, começado e interrompido logo após 1958, em razão, ao que parece, dos acontecimentos ultramarinos, permitiu todavia as primeiras edições científicas, por Suzanne Lussagnet, sobrinha do próprio Charles-André Julien, dos textos de Thevet sobre o Brasil²³ e de Ribault, Laudonnière, Le Challeux e Gourges sobre a Flórida.²⁴ Militante socialista de longa data, representante majoritário no congresso de Tours e defensor da descolonização, Charles-André Julien ilustrava ele mesmo a série em 1948 num volume histórico consagrado às *Voyages de découverte et les premiers établissements*.²⁵ Era a primeira pedra de uma história colonial que ficou sem continuação, a qual se propunha romper com o chauvinismo de um La Roncière, autor de uma memorável *Histoire de la marine française*,²⁶ que retumbava o grito de nossas vitórias e gemia o luto de nossas derrotas.

Os defeitos de Julien são a contrapartida das suas qualidades. Sendo em primeiro lugar historiador, mas também militante, ele não pode impedir-se de ver em “Des cochés” um “requisitório contra a colonização”,²⁷ apreciação que foi retomada muito recentemente, e sem precaução, pela editora de uma antologia dos *Essais* na coleção Pocket Classiques.²⁸ Certamente não é a primeira

²³ *Les français en Amérique pendant la deuxième moitié du XVI^e siècle*. I. Le Brésil et les brésiliens par André Thevet. Introdução de Charles-André Julien. Escolha de textos e notas de Suzanne Lussagnet. Paris: Presses Universitaires de France, 1953.

²⁴ *Les français en Amérique pendant la deuxième moitié du XVI^e siècle*. II. Les Français en Floride. Textes de Jean Ribault, René de Laudonnière, Nicolas Le Challeux et Dominique de Gourges. Escolhas e anotações de Suzanne Lussagnet. Introdução de Charles-André Julien. Paris: Presses Universitaires de France, 1958.

²⁵ JULIEN, Charles-André. *Les voyages de découverte et les premiers établissements (XV^e-XVI^e siècles)*. Paris: PUF, 1948.

²⁶ LA RONCIÈRE, Charles de. *Histoire de la marine française*. Paris: Plon, 1909-1932, 6 vol. (1^a ed., 1899-1920).

²⁷ JULIEN, Charles-André, op. cit., p. 424-429 [citação: tradução livre].

²⁸ MONTAIGNE. *Essais, textes choisis*. Marie-Madeleine Fragonard, ed. Paris: Pocket, Pocket

vez que Montaigne se encontra engajado em uma causa que evidentemente ele não tinha previsto. Julien, ao menos, possui o sentido da nuance. Abstém-se de fazer de Montaigne um anticolonialista puro e simples. Ao contrário, “pelas ideias generosas e novas que lançou”, Montaigne, segundo Julien, merece “um espaço destacado entre os escritores coloniais”.²⁹ Se o autor dos *Essais* condenou a avidez e a brutalidade dos conquistadores, da mesma maneira que Julien condenou aquelas das grandes companhias do seu tempo na África e na Indochina, nem por isso ele recusou o magistério da Europa no mundo. O problema é que a Europa mostrou-se “má pedagoga”.³⁰ Sonhando com Alexandre à conquista do México e com os antigos gregos e romanos que misturavam as “suas virtudes” estoicas aos “primitivos do país”, Montaigne esboçava na realidade “uma política de aperfeiçoamento gradual e pacífico”.³¹ Tal era a ilusão generosa que, no dia seguinte à última guerra e antes dos cruéis desmentidos da década seguinte, certos intelectuais de esquerda na França alimentavam o papel civilizador de nosso país. Se ele se enganava sobre o presente – e quem não desculparia hoje esta cegueira – Julien interpretava corretamente Montaigne e seu século, quando observava que o autor dos *Essais*, longe de condenar somente os espanhóis, “julga a cristandade solidária aos crimes dos quais os indígenas são vítimas, quer por seus atos, quer por seu silêncio”. E acrescentava esta conclusão lúcida, com ressonâncias ainda muito atuais: “É da civilização europeia que ele proclama a indignidade e a falência”.³²

Outro limite da empreitada de Julien, e que diz respeito igualmente às circunstâncias históricas de sua elaboração: o recurso principal e quase exclusivo às fontes de arquivos francesas conduz a contrassensos ou a erros de interpretação, em particular sobre as empresas de Ribault e Laudonnière na Flórida e de Chauvin de Tonnetuit na ilha de Sabre, ao largo da Terra Nova. Esses erros foram assinalados recentemente por Hélène Lhoumeau que compilou os arquivos de Simancas sobre a Flórida³³ e, mais antigamente, por Marcel Trudel

Classiques, 1998, p. 432: “uma acusação única em seu gênero contra o colonialismo, numa época em que a relatividade dos costumes não é a ideia do mundo melhor e mais ampla” [tradução livre].

²⁹ JULIEN, Charles-André, op. cit., p. 430 [citação: tradução livre].

³⁰ Idem, p. 427 [citação: tradução livre].

³¹ Ibid., p. 428 [citação: tradução livre].

³² Ibid. [citação: tradução livre].

³³ LHOUMEAU, Hélène. *Les expéditions françaises en Floride (1562-1568)*. Tese para o diploma de arquivista paleógrafo. Paris: École des Chartes, 2000. Resumo detalhado no volume: *Positions des thèses soutenues par les élèves de la promotion de 2000*. Paris: École des Chartes, 2000, p. 213-223.

na sua monumental *Histoire de la nouvelle-France*, enriquecida dos arquivos anglo-saxões bem como dos franceses.³⁴

O tempo da expiação

O tempo da descolonização, pelos questionamentos que provocava, foi particularmente fecundo no plano da reflexão antropológica. Eis-nos, aqui, no último ou penúltimo período, o da dúvida e da culpabilidade, perfeitamente expressa na aula inaugural de Claude Lévi-Strauss em janeiro de 1960. O nascimento e os progressos da antropologia, constata Lévi-Strauss na sua conclusão, foram acompanhados

de uma tomada de consciência – quase um remorso [insere o orador como uma citação] – do fato de ter a humanidade podido, durante tanto tempo, permanecer alienada de si mesma; e, sobretudo, do fato de que esta fração da humanidade, que produziu a antropologia, seja a mesma que fez, de tantos outros homens, um objeto de execração e de desprezo.³⁵

Autoacusação e flagelação pública prolongam e terminam, para além de quatro séculos, o requisitório feito por Montaigne no final do capítulo “Des coches”. O requisitório agrava-se hoje pelos quatro séculos de história colonial que encontram ao mesmo tempo seu epílogo. Esse tom penitencial combina com o traumatismo das duas guerras mundiais, cuja onda de choque não cessa de repercutir através do mundo, nas guerras de libertação conduzidas aqui e acolá, da Indochina à Argélia passando por Cuba. O remorso que disso resulta, a melancolia profunda que emerge e a suspeita que subitamente se espalha sobre a própria antropologia não conheceram sem dúvida nada equivalente desde o que nós chamamos a Renascença e que foi, para grandes porções do mundo, um século catastrófico. A era pós-colonial encontra assim a época da conquista brutal, como se se fechasse, por um mesmo rito de expiação, um longo parênteses desastroso e sangrento.

³⁴ TRUDEL, Marcel. *Histoire de la nouvelle-France*. I. Les vaines tentatives 1524-1603; II. Le comptoir 1604-1627. Montréal e Ottawa: Fides, 1963 e 1966. Ver em particular: Les vaines tentatives, p. 229, sobre a identificação da ilha de Sabre.

³⁵ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Anthropologie structurale II*, p. 43 [Edição brasileira cotejada: LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural dois*. Tradução e coordenação de Maria do Carmo Pandolfó. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976, p. 39].

Lévi-Strauss, leitor de Montaigne e de Léry

Montaigne uma vez mais permite pensar a crise. Não por acaso Claude Lévi-Strauss lhe rende uma homenagem enfática em um de seus últimos livros, *Histoire de lynx*, publicado em 1991, quando o antropólogo, comemorando por si próprio o meio milênio colombiano, medita sobre o “encontro” entre os dois mundos, como é de bom tom se dizer hoje *outrre-Atlantique*. Em *Apologie* de Raymond Sebond, observa Lévi-Strauss, “Montaigne empurra o relativismo cultural até seu limite extremo, negando que possam existir leis ‘firmes, perpétuas e imutáveis [...]’ impressas no gênero humano pela condição de sua própria essência”³⁶. Tanto na ordem da natureza como na da cultura, “não temos nenhuma comunicação com o ser”. Este relativismo que Montaigne levaria “até o niilismo filosófico”³⁷ é ilustrado pela diversidade de costumes e de crenças que serve finalmente “para instruir o processo da própria razão”.³⁸ Esta crítica encontra contudo o seu limite, que é a “certeza procurada pela fé cristã e pela graça divina”, e que Montaigne se abstém de transpor.

A resposta de Montaigne encontra então aquela de Acosta. Somente “nossa antiga crença”, a saber, o catolicismo romano, pode contrabalançar a vertigem engendrada pela consideração dos costumes estrangeiros. Mas a adesão às verdades transcendentais da fé cristã perdeu muito de seu fervor e de sua dinâmica que nós constatamos inegavelmente no jesuíta espanhol.

O Montaigne que a antropologia do século XX se apraz em ver como precursor é, de fato, um Montaigne laicizado, um Montaigne ao qual nós teríamos arrancado este último, mas decisivo ponto de ancoragem que constitui a fé. Esse Montaigne, cujo nominalismo mina qualquer pretensão da razão e por conseguinte da lei moral à universalidade, é o Montaigne para o nosso tempo que tende a esboçar, não sem nuances nem precauções, um Claude Lévi-Strauss propenso a reconhecer nele um mestre do ceticismo e um adepto da esquizofrenia intelectual que, hoje mais do que nunca, em qualquer cientista, separa o conhecimento da ação.

O autor do século XVI com o qual Lévi-Strauss concorda mais estritamente não é, no entanto, Montaigne, mas antes, Jean de Léry, o “Montaigne dos viajan-

³⁶ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Histoire de lynx*. Paris: Plon, 1991, p. 284 [Edição brasileira cotejada: LÉVI-STRAUSS, Claude. *História de lynce*. Tradução de Beatriz Perrone-Moysés. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 194-195].

³⁷ Idem, p. 285 [edição brasileira cotejada: p. 195].

³⁸ Ibid., p. 281 [edição brasileira cotejada: p. 193].

tes”, para retomar a expressão de Paul Gaffarel. *A Histoire d’un voyage fait en la terre du Brésil* foi para Lévi-Strauss um verdadeiro breviário, o “breviário do etnólogo”. A fórmula famosa – e um pouco divertida, se refletimos bem sobre ela, tratando-se de um autor protestante – encontra-se no início de *Tristes tropiques* que é de certo modo um texto palimpsesto de Léry.³⁹ Em sua aula inaugural no Collège de France, Lévi-Strauss exprimia, ao concluí-la, esse arrependimento:

Como é possível que a etnografia não tenha recebido o seu lugar quando ainda era jovem, e os fatos guardavam sua riqueza e seu frescor? Pois em 1558 é que se gostaria de imaginá-la estabelecida, quando Jean de Léry, voltando do Brasil, redigia sua primeira obra e quando apareciam *Les singularités de la France Antarctique* de André Thevet.⁴⁰

Juventude e frescor do mundo nos tempos de Léry, como uma aurora que mal teria tido suas promessas. Juventude de uma disciplina recentemente desabrochada nas margens opostas do Atlântico e que ainda não tinha recebido um nome. A ilusão retrospectiva é tão presente que assombra a obra e a vida do antropólogo. Nós a encontramos, expressa com todo seu vigor, num flagrante da entrevista realizada por Dominique-Antoine Grisoni para servir de prefácio a *Histoire d’un voyage fait en la terre du Bresil* em edição de bolso:

[...] a leitura de Léry ajuda-me a escapar de meu século, a retomar contato com o que chamarei uma “sobre-realidade” – a qual não é esta de que falam os surrealistas: uma realidade mais real ainda do que aquela da qual fui testemunha. Léry viu coisas que não têm preço, porque era a primeira vez que as via e há quatrocentos anos.⁴¹

É na conclusão da viagem, neste olhar posterior lançado sobre o idílio findo entre os índios, que Lévi-Strauss recorda-se o mais precisamente possível de Léry, que ele mesmo se recordava e lamentava: “Lamento frequentemente que

³⁹ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes tropiques*. Paris: Plon, 1955, ch. IX, p. 89.

⁴⁰ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Anthropologie structurale II*, p. 43. *Les singularités* de Thevet foram publicados, de fato, nos últimos meses de 1557 [edição brasileira cotejada: LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural dois*. Tradução de Maria do Carmo Pandolfo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976, p. 38].

⁴¹ LÉVI-STRAUSS, Claude. Sur Jean de Léry. Prefácio de LÉRY, J. de. *Histoire d’un voyage fait en la terre du Bresil*. Paris: LGF, Bibliothèque classique, 1994, p. 13 [citação: tradução livre].

não estou entre os selvagens [...]”.⁴² Tal confiança não encontra equivalente na literatura de viagens do século XVI, ainda que não se possa dissociá-la de seu contexto moral e polêmico. Tratava-se, para Léry, de estigmatizar a ingratidão da pátria-mãe, pelo atalho do mais longínquo e do mais bárbaro. Na sua formulação abrupta, as “saudades” de Jean de Léry abrem finalmente um futuro filosófico dos mais fecundos que inclui *Tristes tropiques*. Na medida em que ela herda da *Histoire d’un voyage* a parte insondável do luto, a obra secunda o rito de expiação lá onde a primeira o havia deixado, e o prolonga, e o alimenta com toda amargura da má-consciência pós-colonial.

Renovar a Renascença: de Lévi-Strauss a Pierre Clastres

Para dizer a verdade, na conclusão de sua aula inaugural de 1960, Claude Lévi-Strauss convidava, tanto a “renovar” quanto a “expiar a Renascença”, “para estender [acrescentava] o humanismo à medida da humanidade”.⁴³ Cinco anos antes, sua reflexão de *Tristes Tropiques* acabava de renovar a Renascença na sua dimensão mais generosa.

Um não existe sem o outro. Se é necessário expiar os crimes da Renascença, é necessário também atualizá-la em sua acepção mais alta e estender os seus benefícios a todos os homens. Nem que fosse apenas para que nossa longa história de guerra e de ignorância não fosse totalmente vã, a expiação deve acompanhar-se de uma renovação.

Assim, a releitura dos grandes textos do século XVI não cessa de trazer-nos a nosso presente. Começarei por evocar um exemplo aparentemente anedótico: o episódio dos Allianciers no *Quart livre* de Rabelais.⁴⁴ Nestas alianças, como do cabo à cunha, da ostra à casca, do chicote ao piãozinho, do peido à ventosidade,⁴⁵ que transgridem a ordem natural e parecem desprezar as leis genéticas para encontrar seu único fundamento na linguagem, Claude Lévi-Strauss, não sem malícia, quis ver uma prefiguração das descobertas da antropologia estrutural. A

⁴² LÉRY, Jean de, op. cit., ch. XXI, p. 508 [citação: tradução livre].

⁴³ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Anthropologie structurale II*, op. cit., p. 44 [Edição brasileira cotejada: op. cit., p. 39].

⁴⁴ RABELAIS. *Le quart livre*, ch. IX. In: *Œuvres complètes*. Mireille Huchon (ed.). Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1994, p. 556-560.

⁴⁵ Expressões cotejadas da tradução brasileira: RABELAIS, François. De como Pantagruel chegou à ilha Ennasin e das estranhas alianças do país. In: *Gargântua e Pantagruel*. Tradução de David Jardim Júnior. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Villa Rica, 1991, p. 61-64 (n. t.).

cultura, já aqui, vira as costas à natureza. À ordem animal da filiação substitui o aparente arbitrário das estruturas elementares do parentesco, com seu cortejo extremamente complexo de prescrições e de tabus. Essa maneira de pensar seria a sátira antecipada da literatura etnográfica. Lévi-Strauss, no mesmo artigo, evoca o “parentesco das brincadeiras” dos Luapula da Rodésia do Norte, atual Zâmbia. As duas leis fundamentais do parentesco teriam sido bem destrinchadas por Rabelais: de um lado, a coerência interna do sistema e sua funcionalidade; de outro, seu papel de fundamento semiótico. Por mais aberrante que possa parecer, a estrutura parental faz sentido e funda uma ordem. Disso decorrem imediatamente as séries de direitos e de obrigações.⁴⁶ Renovar o Renascimento, aqui, é mostrar que o imaginário verbal mais desenfreado e mais desordenado na aparência dá lições para o pesquisador de hoje.

Pouco importa na verdade que Rabelais não tenha pensado nem por um instante no uso que Lévi-Strauss iria fazer dele. Pouco importa mesmo que ele tenha ou não pensado em Thevet e nas relações de viagens de seu tempo quando escrevia este capítulo “Allianciers”, onde as palavras fazem amor. O importante é que a obra de Rabelais dá a esse sentido improvável, assim como muitos dos textos da Renascença, em razão de seu caráter aberto, enigmático e, ao mesmo tempo, incoativo, seu *non-finito*, chamando prolongamentos outros, excedendo manifestadamente a intenção de seu autor.⁴⁷

O recurso a Rabelais não é aqui mais do que instrumental e técnico. Mas o desvio pela Renascença pode favorecer um revigoramento mais profundo: não apenas intelectual, mas também moral e antropológico no sentido pleno do termo. Então, a chamada a renovar a Renascença adquire toda sua legitimidade.

Um outro antropólogo, Pierre Clastres, hoje desaparecido, respondeu magnificamente a esta injunção. Pierre Clastres é em particular o autor da *Chronique des indiens Guayaki*, testemunho etnográfico perturbador sobre os índios Ache do Paraguai, que equivale a uma réplica trágica a *Tristes tropiques* e o contrário sombrio de um quadro um tanto idealizado pela memória e o intervalo do caclismo europeu.⁴⁸ Além disso, Pierre Clastres soube tirar de sua experiência

⁴⁶ LÉVI-STRAUSS, Claude. The future of Kinship studies. The Huxley Memorial Lecture. *Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great-Britain and Ireland*, 1965, p. 13-22.

⁴⁷ Faço eco à reflexão de HALLYN, Fernand. *Le sens des formes*. Études sur la Renaissance. Genève: Droz, Romanica Gandensia, 1994, p. 9-32, e àquela de JEANNERET, Michel. *Le défi des signes*. Rabelais et la crise de l'interprétation à la Renaissance. Orléans: Paradigme, 1994.

⁴⁸ CLASTRES, Pierre. *Chronique des indiens Guayaki*. Paris: Plon, 1972.

etnográfica um livro de teoria política. Em *La société contre l'État*, com base em suas observações de pesquisador de campo, mas também da reflexão histórica exemplar de um Marshall Sahlins,⁴⁹ ele descreve o modelo de uma sociedade sem trabalho e sem coerção, onde a produção seria “imediatamente compensada pela reconstituição do estoque de energia gasta”.⁵⁰ Mais ainda, esse tipo de sociedade primitiva se definiria “pela recusa em deixar o trabalho e a produção absorvê-lo”, dito de outra forma, “pela proibição da desigualdade”.⁵¹ Ora, esta reflexão de acentos rousseanianos encontra na Renascença uma espécie de prefiguração inesperada. O paradoxo da sociedade contra o Estado não deixa de evocar aquele da servidão voluntária, magistralmente exposto por La Boétie, o amigo de Montaigne. Assim, tampouco é surpreendente se a obra de Pierre Clastres culminou, pouco antes de sua morte acidental, numa obra escrita em colaboração com Claude Lefort e consagrada ao famoso *Discours*.⁵² Este livro coletivo sobre La Boétie – ou mais exatamente em torno de La Boétie – reagrupa as diversas leituras da *Servitude volontaire* ao longo dos dois últimos séculos, de Lamennais à Simone Weil, e os completa com dois ensaios originais. Enquanto Claude Lefort, especialista de Maquiavel, se interessa pelo enigma do *nom d'un*, Pierre Clastres amarra sua reflexão em torno à tríade *liberte, malencontre, innommable*. No pensamento solitário e rigoroso de La Boétie, “que só se nutre de seu próprio movimento, de sua própria lógica”,⁵³ o etnólogo vê a confirmação de sua própria intuição, segundo a qual, contrariamente ao esquema marxista, não é a economia o ponto de partida da formação estatal, mas o inverso. Por uma espécie de “desencontro” eminentemente funesto, a sociedade humana, sem que ela tenha sido estrangida por um agente exterior, alienou-se de si própria, instaurando a divisão entre senhores e servos, mais ainda, entregando a totalidade do poder nas mãos de um só, o mais medíocre e o mais fraco da nação, tirano ou monarca, é tudo a mesma coisa. A releitura de La Boétie no

⁴⁹ SAHLINS, Marshall. *Stone age economics*. Chicago, 1972. Trad. francesa: *Age de pierre, âge d'abondance*. Paris: Gallimard, 1976. Para uma discussão desta obra ver: GUIDIERI, Remo. *L'abondance des pauvres*. Paris: Éditions du Seuil, 1984, ch. IV, p. 129-156.

⁵⁰ CLASTRES, Pierre. *La société contre l'État*. Paris: Éditions de Minuit, 1974, p. 168.

⁵¹ Idem, p. 170.

⁵² LA BOÉTIE, Etienne de. *Le discours de la servitude volontaire*. In: LÉONARD, P. *La Boétie et la question du politique*, textos de Lamennais, P. Leroux, A. Vermorel, G. Landauer, S. Weil, e de Pierre Clastres e Claude Lefort. Paris: Payot, 1976 [tradução brasileira cotejada: LABOÉTIE, Etienne de. *Discurso da servidão voluntária*. Tradução de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1999].

⁵³ Idem, p. 241 [edição brasileira cotejada: idem, p. 118].

espelho da etnografia ameríndia permite a Pierre Clastres chegar a este axioma: “As sociedades primitivas recusam a relação de poder, impedindo o *desejo de submissão de se realizar*”.⁵⁴

Essa reflexão, que pôde-se julgar alternativamente ingênua ou magistral, não se satisfaz, ao meu ver, em tirar pretexto de um autor do passado para justificar seu procedimento e atingir seus objetivos. Mostra-se espantosamente fiel, até na sua forma e em sua progressão imperiosa em que os fatos, como mais tarde em Rousseau, entram pela menor parte, a economia e a ética de um tipo de discurso característico da cultura do Renascimento, a saber a “declamação”.⁵⁵ A declamação, na acepção retórica do termo, é um livre exercício de palavra e de pensamento, em que o ponto de vista é móvel, de forma alguma atribuível a um sujeito particular, o impulso da demonstração autorizando todo tipo de audácias. É um “ensaio”, no sentido que a palavra tem originalmente em Montaigne, exercício de pensamento sem fronteiras e sem freio, experimentação ao mesmo tempo lúdica e rigorosa de uma liberdade escabrosa. Na declamação “as duas noções essenciais, que se encontram ligadas, são as do exercício e da ficção”.⁵⁶

Ninguém melhor que Pierre Clastres soube, por seu impulso generoso em direção ao outro e uma reflexão sem preconceito nem censura, renovar em seu mais elevado sentido a lição do Renascimento, como convidava Claude Lévi-Strauss uma década antes.

Indiferença ou contrição?

Os literatos permaneceram largamente alheios a esse movimento de renovação crítica lançado pelos etnólogos e historiadores. A má consciência experimentada pelos antropólogos afetou muito pouco, conseqüentemente, os pesquisadores das disciplinas literárias e se constata, inclusive, aqui e acolá, uma ignorância teimosa das realidades longínquas. O grande montaigniano que é André Tournon não hesita em falar, em seu comentário sobre o capítulo “Des cannibales”, dos **tam-tam** dos Tupinambá, lá onde o autor dos *Essais* evocava

⁵⁴ *Ibid.*, p. 239 [edição brasileira cotejada: *idem*, p. 117].

⁵⁵ Sobre essa questão, ver: LAFOND, Jean. Le discours de la servitude volontaire de La Boétie et la rhétorique de la déclamation. In: *Mélanges sur la littérature de la Renaissance à la mémoire de V.-L. Saulnier*. Genève: Droz, 1984, p. 736. Sobre as relações da *Servitude* avec “Des cannibales”, ver LESTRINGANT, F. *Le cannibale, grandeur et décadence*. Paris: Perrin, 1994, ch. VIII, p. 181-183.

⁵⁶ CHOMARAT, Jacques. *Grammaire et rhétorique chez Erasme*. Paris: Les Belles Lettres, 1981, t. II, p. 935 [citação: tradução livre].

muito precisamente um objeto que ele tinha talvez sob os olhos no momento em que ditava, a saber, o bastão de ritmo dos dançarinos, ou como ele disse, aos “longos caniços furados de um lado que tocam para ritmar suas danças”.⁵⁷

Dessa indiferença quase geral é necessário, contudo, excluir os participantes do colóquio de Tours consagrado em 1966 à descoberta da América. Vê-se os nomes de Alexandre Cioranescu, do canadense Roger Le Moine, editor da antologia *L'Amérique et les poètes français de la Renaissance*,⁵⁸ de Marcel Bataillon sobretudo, à quem nada do que concerne ao mundo ibérico e hispano-americano era indiferente. O autor de *Erasme et l'Espagne* escreveu para o volume das *Actes* publicado em 1968 pelo editor Vrin uma vigorosa apresentação: “As Índias ocidentais, descoberta de um mundo humano”. Este prefácio se resume nesta fórmula: “o índio evangelizável foi descoberto com seus tesouros”.⁵⁹ A pilhagem do Novo Mundo encontrou sua contrapartida – ousar-se-ia dizer sua compensação? – na fundação de novas igrejas e nas primeiras universidades da América.

O volume de 1968 era naturalmente consagrado principalmente à América espanhola e era obra essencialmente de historiadores dos dois lados do Atlântico. A literatura e a França ocupavam o menor lugar, mas é necessário agradecer a André Stegmann, por ter apresentado uma comunicação sobre “L'Amérique de Du Bartas et de De Thou” que confirmava a constatação de G. Atkinson sobre o fraco interesse suscitado entre nós pela invenção colombiana.⁶⁰ Este balanço foi parcialmente corrigido e ao menos nuançado em um outro colóquio realizado em Tours e consagrado, um quarto de século mais tarde, à La France-Amérique (XVI^e – XVIII^e siècles).⁶¹

De objeto aparentemente mais restrito, mas abrindo o compasso cronológico sobre três séculos e associando estreitamente os pesquisadores das duas margens do Atlântico, especialmente os do Quebec, este segundo colóquio recuperava, no plano da profundidade histórica, a perda de extensão geográfica. Refletindo sobre a parte original que coube à França na experiência americana,

⁵⁷ MONTAIGNE. *Essais*, I, 31. Éd. Villey, p. 208 [edição brasileira cotejada: op.cit., p. 261]. Cf. TOURNON, André. *Montaigne. La glose et l'essai*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1983, p. 219.

⁵⁸ LE MOINE, Roger (ed.). *L'Amérique et les poètes français de la Renaissance*. Ottawa: Les Éditions de l'Université d'Ottawa, Les Isles fortunées, 1972.

⁵⁹ *La découverte de l'Amérique*. Paris: Vrin, 1968, p. 10 [citação: tradução livre].

⁶⁰ STEGMANN, André. In: *La découverte de l'Amérique*, op. cit., p. 299-309.

⁶¹ La France-Amérique (XVI^e-XVIII^e siècles). *Actes du XXXV colloque international d'études humanistes* reunidos por Frank Lestringant. Paris: Honoré Champion, Centre d'Études supérieures de la Renaissance. Le savoir de Mantice, 1998.

ele mostrava, em particular, como o malogro colonial pôde ser fértil sobre o plano do conhecimento dos homens e das sociedades. A América não se tornou francesa, exceto de maneira efêmera ou marginal, mas, por outro lado, a França provou mais do que qualquer outra nação colonizadora a tentação de tornar-se selvagem, da qual testemunha toda uma linhagem de viajantes, de Léry à La Hontan. Uma luz bastante nova pôde ser trazida sobre as missões e sobre a interface entre os debates religiosos na França – desde as guerras de religião até o triunfo das Luzes – e as imagens contrastadas do índio, quer se tratasse do Tupinambá da França Antártica ou do Hurão da Nova França laurenciana. Forçado a constatar a singularidade da relação com o outro, tal como ela se colocou na área de colonização francesa, é aqui que o método comparativo desenvolvido por Philip Boucher e pelo saudoso Wilcomb Washburn mostrou toda sua fecundidade. A fraqueza da implantação demográfica e, portanto, a mínima pressão sobre as populações locais e o pouco controle da metrópole sobre vastos territórios favoreceu uma relação com o outro frequentemente mais serena que nas possessões espanholas e inglesas, quicá portuguesas.

A demonstração não pode dar plenamente todos os seus frutos a não ser que ela se estenda à média ou à longa duração. Essa lição nos vem em particular da escola italiana e dos trabalhos exemplares de Antonello Gerbi,⁶² de Sérgio Landucci⁶³ e, mais recentemente, de Giuliano Gliozzi, o autor de *Adam et le Nouveau Monde*.⁶⁴ Essa é, com efeito, uma das fragilidades da pesquisa francesa: a de faltar-lhe frequentemente uma visão transecular e transcultural. Que nos cubramos com a etiqueta dos filósofos, “literatos” ou “historiadores”, encontramos-nos com demasiada frequência confinados na França, devido à especialização, à curta medida de um século, este “século” podendo mesmo restringir-se a setenta e cinco anos, no caso das Luzes, que vão tradicionalmente de 1715, data da morte de Luís XIV, a 1789. A consequência é que, em nosso país, as melhores contribuições à história da antropologia – penso em particular no belo livro de Michèle Duchet *Anthropologie et histoire au siècle des Lumières*⁶⁵ – encontram-se amputadas dos necessários prolongamentos a montante

⁶² GERBI, Antonello. *La disputa del Nuovo Mondo*. Storia di una polemica. 1750-1900. Milan-Nápoles, 1955; Edição definitiva, ibid., Riccardo Ricciardi, 1983.

⁶³ LANDUCCI, Sergio. *I filosofi e i selvaggi*. 1580-1780. Bari: Laterza, 1972.

⁶⁴ GLIOZZI, Giuliano, op. cit. Tradução francesa: Lecques: Théétète Éditions, 2000.

⁶⁵ DUCHET, Michèle Duchet. *Anthropologie et histoire au siècle des Lumières*. Paris: Maspéro, 1971. Recentemente reeditado com posfácio de Claude Blanckaert. Paris: Albin Michel, 1995.

e a jusante. Não evocaria meu exemplo, se não fosse representativo de uma tal tendência: o período de que trata *Le huguenot et le sauvage* limita-se aos quarenta anos que decorrem de meados do século XVI até a morte do último Valois em 1589. Estudos tão bem recortados são úteis, desde que, a exemplo das perspectivas “topográficas” ansiadas por Montaigne,⁶⁶ eles possam tomar lugar lado a lado e reunidos no interior de um quadro “cosmográfico” mais amplo, o único que permite uma apreensão global dos fenômenos e do tecido de relações que lhes dá sentido.

“Correção política”

Terminou a era da contrição? Nas Américas, o remorso antropológico converteu-se amplamente num sistema de pensamento “politicamente correto” que certamente teve o mérito de denunciar o etnocentrismo subjacente a inúmeros estudos tradicionais, mas que, à força de suspeitar das causas inconfessadas do discurso ocidental, chega a proferir dogmas tão inadmissíveis como aqueles do colonialismo triunfante, embora invertidos. Por exemplo, contrariamente aos apologistas da Conquista, que desde o século XVI tomavam como pretexto a antropofagia dos índios Caraíbas para justificar seu extermínio e sua redução à escravidão, William Arens, numa tese tornada livro, *The man-eating myth*, defendeu, num procedimento tipicamente revisionista, que esse canibalismo era uma fábula.⁶⁷ Não recuando diante da extrapolação audaciosa, ele afirmava que o canibalismo dos índios de todas as Américas, Antilhas e Brasil incluídos, era uma ficção inventada pelos colonizadores para alegar direitos de conquista infundados. Esta tese caricatural suscitou um vasto eco além do Atlântico, tendo mesmo encontrado a aprovação de um historiador da antropologia tão reputado quanto Anthony Pagden.⁶⁸ A partir do exame minucioso, ou antes míope, das relações de Cristóvão Colombo, Hans Staden e Jean de Léry nomeadamente, Arens inferia a fabricação textual a inexistência do referente. Era-lhe suficiente

⁶⁶ MONTAIGNE, Essais, I, 31, p. 205. Cf. LESTRINGANT, Frank. *Le Huguenot et le sauvage*, op.cit., ch. IV, p. 133-148.

⁶⁷ ARENS, William. *The man-eating myth: Anthropology and anthropophagy*. New York: Oxford University Press, 1979. Sobre o *délire négateur d'Arens* e seu inegável parentesco com os historiadores negadores do Holocausto, ver as úteis páginas de VIDAL-NAQUET, Pierre. *Les assassins de la mémoire*. Un “Eichmann de papier” et autres essais sur le révisionnisme. Paris: La Découverte, 1987, p. 14-19: Du cannibalisme, de son existence et des explications qui en ont été données.

⁶⁸ PAGDEN, Anthony. *The fall of natural man*. The American Indian and the origins of comparative ethnology. Cambridge University Press, 1982 e 1986, p. 80-87. Ver: p. 83 e a nota 154, p. 226.

considerar que a narrativa de Hans Staden, arquebuzeiro meio iletrado, foi revista, ou antes, posta em forma por um humanista latinista; que aquela de Léry foi publicada vinte anos após sua viagem, ela também ornada com algumas flores de erudição, para concluir pela nulidade desses dois testemunhos. Eu mesmo, por não ter seguido esta lição de um revisionismo radical e ter-me restringido à tese tradicional da antropofagia ritual dos Tupinambá, vi-me ser taxado, numa resenha do mesmo Arens, de pós-modernismo sutilmente etnocêntrico, um etnocentrismo *soft*, por assim dizer, adaptado à moda do dia, intelectualmente aceitável e menos vergonhoso que o outro.⁶⁹

O “politicamente correto” existe também em nosso país, bastando como prova as dissertações moralizantes que Tzvetan Todorov encadeia desde há quase vinte anos, sob roupagens, é verdade, menos caricaturais. Se convém efetivamente reinserir na história universal os povos que dela tinham sido indevidamente excluídos, parece hoje possível ultrapassar o antagonismo secular do relativismo e do universalismo, tal como ele foi colocado em cena, sob seus avatares sucessivos e de Montaigne a Diderot, uma obra como *Nous et les autres*.⁷⁰

O etnocentrismo tinha encontrado, no conceito de aculturação, a sua réplica adequada. O uso constantemente negativo e, sobretudo, demasiado unívoco que foi feito da palavra, levou a substituí-la por aquela de transculturação. Este termo, que descrevia uma troca mais equilibrada, por sua vez caducou. Para designar as relações complexas que se tecem entre colonizadores e colonizados, ou de maneira mais extensiva, entre sociedades quentes e sociedades frias, fala-se hoje sobretudo de transferência cultural, no sentido “de relacionamento entre dois sistemas autônomos e assimétricos”.⁷¹ O quadro geral de troca entre duas dadas sociedades, por mais desiguais que sejam, define menos uma relação unívoca que um jogo de interação complexo e de apropriação recíproca.

⁶⁹ ARENS, William. Half-baked ideas on cannibalism. In: *The Times Higher Education Supplement*, Friday 4th, September 1998, p. 24, constante da tradução inglesa de meu livro *Le cannibale, grandeur et decadence*. Paris: Perrin, 1994. *Cannibals*. Cambridge: Polity Press, e Berkeley, Univ. of California Press, 1997.

⁷⁰ TODOROV, Tzvetan. *Nous et les autres*. La réflexion française sur la diversité humaine. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

⁷¹ Sobre esse ponto, ver: TURGEON, Laurier. De l'acculturation aux transferts culturels, Introdução de TURGEON, Laurier, DELÂGE, Denys e OULLET, Réal (ed.). *Transferts culturels et métissages. Amérique/Europe, XVI^e-XX^e siècle*. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 1996, p. 11-32 [citação: tradução livre].

Daí a cantar em todos os tons as virtudes de *La pensee métisse*,⁷² não há mais que um passo, e uma outra canção na moda. É pelo menos o sinal de que após o tempo de contrição veio o da partilha e da comunhão.

Referências bibliográficas

- ARENS, William. *The man-eating myth: Anthropology and anthropophagy*. New York: Oxford University Press, 1979.
- ARENS, William. Half-baked ideas on cannibalism. In: *The Times Higher Education Supplement*, Friday, 4th September 1998.
- ATKINSON, Geoffroy. *La littérature géographique française de la Renaissance: répertoire bibliographique*. Paris: A. Picard, 1927.
- ATKINSON, Geoffroy. *Les nouveaux horizons de la Renaissance française*. Paris: Droz, 1935.
- CHINARD, Gilbert. *L'exotisme américain dans la littérature française au XVI^e siècle*. Paris: Hachette, 1911.
- CHOMARAT, Jacques. *Grammaire et rhétorique chez Erasme*. Paris: Les Belles Lettres, 1981, t. II.
- CLASTRES, Pierre. *Chronique des indiens Guayaki*. Paris: Plon, 1972.
- CLASTRES, Pierre. *La société contre l'État*. Paris: Éditions de Minuit, 1974.
- DAINVILLE, François de (S. J.). *L'éducation des jésuites (XVI^e-XVIII^e siècles)*. Paris: Éditions de Minuit, 1978.
- DAINVILLE, François de (S.J.). *La géographie des humanistes*. Paris: Beauchesne, 1940; e Genève: Slatkine Reprints, 1969.
- DANDREY, Patrick. *L'éloge paradoxal de Gorgias à Molière*. Paris: PUF, 1997.
- DUCHET, Michèle Duchet. *Anthropologie et histoire au siècle des Lumières*. Paris: Maspéro, 1971; Recentemente reeditado com posfácio de Claude Blanckaert. Paris: Albin Michel, 1995.
- GAFFAREL, Paul. *Histoire de la Floride française*. Paris: Firmin Didot, 1875.
- GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil français au seizième siècle*. Paris: Maisonneuve, 1878.
- GELLI, Giovanni Battista. *La circé de m. Giovan Baptista Gello, academic florentin: nouvellement mis en françoys par le sneur Du Parc, Champenois [i.e. Denis Sauvage]*. Lyon: G. Rouillé, 1550.

⁷² GRUZINSKI, Serge, op. cit.

- GERBI, Antonello. *La disputa del Nuovo Mondo*. Storia di una polemica. 1750-1900. Milan-Nápoles, 1955.
- GLIOZZI, Giuliano. *Adamo e il nuovo mondo*. Florence: La Nuova Italia, 1977.
- GRUZINSKI, Serge. *La pensée métisse*. Paris: Fayard, 1999.
- GUIDIERI, Remo. *L'abondance des pauvres*. Paris: Éditions du Seuil, 1984.
- HALLYN, Fernand. *Le sens des formes*. Études sur la Renaissance. Genève: Droz, Romanica Gandensia, 1994.
- JEANNERET, Michel. *Le défi des signes*. Rabelais et la crise de l'interprétation à la Renaissance. Orléans: Paradigme, 1994.
- JULIEN, Charles-André. *Les voyages de découverte et les premiers établissements (XV^e-XVI^e siècles)*. Paris: PUF, 1948.
- LA BOÉTIE, Etienne de. In LÉONARD, P. *Le discours de la servitude volontaire*. La Boétie et la question du politique. Textos de Lamennais, P. Leroux, A. Vermorel, G. Landauer, S. Weil, e de Pierre Clastres e Claude Lefort. Paris: Payot, 1976.
- La France-Amérique (XVI^e-XVIII^e siècles). *Actes du XXXVe colloque international d'études humanistes* reunidos por Frank Lestringant. Paris: Honoré Champion, Centre d'Études supérieures de la Renaissance. Le savoir de Mantice, 1998.
- LA RONCIÈRE, Charles de. *Histoire de la marine française*. Paris: Plon, 1909-1932, 6 vol. (1^{ère} ed., 1899-1920).
- LAFOND, Jean. Le Discours de la servitude volontaire de La Boétie et la rhétorique de la déclamation. In: *Mélanges sur la littérature de la Renaissance à la mémoire de V.-L. Saulnier*. Genève: Droz, 1984.
- LANDUCCI, Sergio. *I filosofi e i selvaggi. 1580-1780*. Bari: Laterza, 1972.
- LE MOINE, Roger (ed). *L'Amérique et les poètes français de la Renaissance*. Ottawa: Les Éditions de l'Université d'Ottawa, Les Isles fortunées, 1972.
- LÉRY, Jean de. *Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil* (Genève, 1578). Edição crítica por LESTRINGANT, Frank. Paris: LGF, Bibliothèque classique, 1994, ch. XVIII.
- Les français en Amérique pendant la deuxième moitié du XVI^e siècle*. I. Le Brésil et les brésiliens par André Thevet. Introduction de Charles-André Julien. Escolha de textos e notas de Suzanne Lussagnet. Paris: Presses Universitaires de France, 1953.
- Les français en Amérique pendant la deuxième moitié du XVI^e siècle*. II. Les Français en Floride. Textes de Jean Ribault, René de Laudonnière, Nicolas Le Challeux et Dominique de Gourgues. Escolhas e anotações de Suzanne Lussagnet. Introdução de Charles-André Julien. Paris: Presses Universitaires de France, 1958.

- LESTRINGANT, Frank. L'Amérique des "coches", fille du Brésil des "cannibales": Montaigne à la rencontre de deux traditions historiques. *Actes du colloque Montaigne et l'Histoire*, reunidas por Claude-Gilbert Dubois. Paris: Klincksieck, 1991.
- LESTRINGANT, Frank. L'oisiveté du sauvage. In: DAVIES, M.-Th. Jones (ed.). *L'oisiveté à la Renaissance*. Paris: Klincksieck, 2001.
- LESTRINGANT, Frank. *L'atelier du cosmographe ou l'image du monde à la Renaissance*. Paris: Albin Michel, 1991.
- LESTRINGANT, Frank. *Le cannibale, grandeur et décadence*. Paris: Perrin, 1994.
- LESTRINGANT, Frank. *Le huguenot et le sauvage*. L'Amérique et la controverse coloniale en France au temps des guerres de religion. 2ª ed. Paris: Klincksieck, 1999.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Sur Jean de Léry. Prefácio de LÉRY, J. de. *Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil*. Paris: LGF, Bibliothèque classique, 1994.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. The future of Kinship studies. The Huxley Memorial Lecture. *Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great-Britain and Ireland*, 1965.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Anthropologie structurale deux*. Paris: Plon, 1973, ch. 1^{er}, Le champ de l'anthropologie.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Histoire de lynx*. Paris: Plon, 1991.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes tropiques*. Paris: Plon, 1955.
- LHOUMEAU, Hélène. *Les expéditions françaises en Floride (1562-1568)*. Tese para diploma de arquivista paleógrafo. Paris: École des chartes, 2000. Resumo detalhado no volume de *Positions des thèses soutenues par les élèves de la promotion de 2000*. Paris: École des Chartes, 2000.
- MÉTRAUX, Alfred. *La civilisation matérielle des tribus Tupi-Guarani*. Paris: Paul Geuthner, 1928.
- MÉTRAUX, Alfred. *La religion des Tupinamba et ses rapports avec celle des autres tribus Tupi-Guarani*. Paris: Ernest Leroux, 1928.
- MONTAIGNE. *Essais, textes choisis*. Marie-Madeleine Fragonard (ed.). Paris: Pocket, Pocket Classiques, 1998.
- MONTAIGNE. *Essais*, I, 23. Paris: Éd. Villey, PUF, 1965.
- PAGDEN, Anthony. *The fall of natural man*. The American indian and the origins of comparative ethnology. Cambridge: Cambridge University Press, 1982 e 1986.
- RABELAIS, François. Pantagruel, ch. VIII. In: *Œuvres complètes*. Mireille Huchon (ed.). Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1994.
- RABELAIS. Le quart livre, ch. IX. In: *Œuvres complètes*. Mireille Huchon (ed.). Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1994.
- SAHLINS, Marshall. *Stone age economics*. Chicago, 1972. Tradução francesa: *Age de pierre, âge d'abondance*. Paris: Gallimard, 1976.

- TODOROV, Tzvetan. *Nous et les autres*. La réflexion française sur la diversité humaine. Paris: Éditions du Seuil, 1989.
- TOURNON, André. *Montaigne*. La glose et l'essai. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1983.
- TRUDEL, Marcel. *Histoire de la nouvelle-France*. I. Les Vaines tentatives 1524-1603; II. Le Comptoir 1604-1627. Montréal e Ottawa: Fides, 1963 e 1966.
- TURGEON, Laurier. De l'acculturation aux transferts culturels. Introduction a TURGEON, Laurier, DELÂGE, Denys e OUELLET, Réal Ouellet (ed.). *Transferts culturels et métissages*. Amérique/Europe, XVI^e-XX^e siècle. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 1996.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. *Les assassins de la mémoire*. Un "Eichmann de papier" et autres essais sur le révisionnisme. Paris: La Découverte, 1987.